



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

Audiência Pública Senado Federal

Simone Tebet
Ministra do Planejamento e Orçamento

Maio de 2023

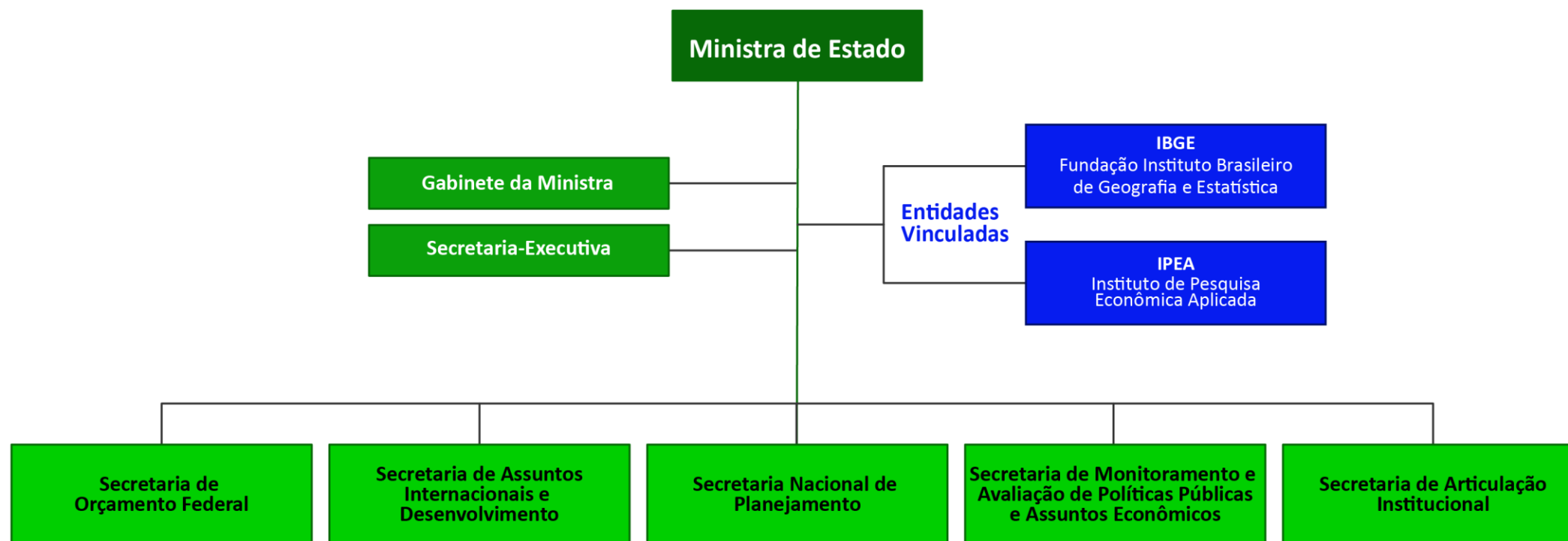
MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO



A recriação do MPO

- O primeiro e fundamental passo na área econômica do governo foi a recriação do Ministério do Planejamento e Orçamento.
- **Foco:**
 - Crescimento sustentável com inclusão social
- Para isso, é preciso:
 - reequilibrar gastos públicos.

Estrutura do MPO



SEPLAN

- SECRETARIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN)

Planejamento e PPA Participativo

- Temos dois importantes guias para as políticas públicas: o Planejamento de Médio Prazo (definido no Plano Plurianual - PPA) e o Planejamento de Longo Prazo (dado pelo projeto Brasil 2024-2040).
- Objetivo: o legado de um planejamento construído pela própria sociedade.
- O PPA 2024-2027 será:
 - ✓ Amplamente participativo na sua construção.
 - ✓ Inclusivo, através de pautas transversais, multisetoriais, de gênero, equidade e meio ambiente, com metas regionalizadas.
 - ✓ Levado pelo MPO para todas as capitais do país com o PPA. Queremos aproximar o planejamento nacional da inteligência que está espalhada em todas as nossas regiões: conselhos, movimentos sociais, federações e confederações (patronais e sindicais), universidades.

Planejamento e o PPA Participativo

- A metodologia do PPA 2024-2027 apoia-se em 7 pilares:
 - 1) Aperfeiçoamento metodológico;
 - 2) Fortalecimento da dimensão estratégica do PPA;
 - 3) Integração dos objetivos e metas do PPA com os recursos orçamentários e não orçamentários;
 - 4) Integração entre planejamento e avaliação;
 - 5) Resgate da participação social;
 - 6) Integração do território nos programas do Plano Plurianual;
 - 7) Visão estratégica e foco em resultados.

PPA e Planejamento de Longo Prazo (2024-2040)

- Elaborado o PPA, trabalharemos na construção de uma nova estratégia nacional de desenvolvimento de longo prazo, a partir de outubro/23 com conclusão prevista para agosto/24.
- Objetivo: formulação de estudos prospectivos e de políticas públicas de longo prazo destinadas ao desenvolvimento nacional.

Planejamento e integração nacional

- Elaborar, com o Congresso Nacional, o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional: responsabilidade em conjunto.
- A concretização dos planos regionais – que são os principais instrumentos para viabilizar a PNDR – terão enorme impacto nos territórios, promovendo desenvolvimento econômico, social e sustentável.

SMA

- SECRETARIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE ASSUNTOS ECONÔMICAS (SMA)

Avaliação das políticas públicas

- Parte considerável do orçamento público não chega em quem mais necessita e, quando chega, não melhora a vida das pessoas tanto quanto poderia.
- Avaliar políticas públicas significa buscar mais clareza sobre objetivos e resultados pretendidos, saber muito bem quem se quer atender e garantir a melhor implementação possível, perseguindo indicadores.
- Objetivo: **qualidade do gasto público**. Isso legitima as mudanças de rumo nas políticas públicas.
- Apoiar a revisão sistemática dos gastos, contribuindo diretamente para a definição da LDO e da LOA.
- Ex.: avaliações constantes dos subsídios, principalmente tributários, podem contribuir para a qualidade dos gastos públicos, direcionando recursos para onde são mais necessários.

Avaliação das políticas públicas

- Para alcançar tais objetivos, temos projetos diversos que englobam:
 - Reformulação do CMAP (Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas), introduzindo ciclos mais curtos (6 meses) para apresentação de resultados, maior qualidade das avaliações e maior interação com os gestores dos programas avaliados.
 - Apoiar anualmente a revisão do orçamento, o monitoramento do PPA e as ações do Governo.
 - Introduzir como política nacional a avaliação *ex ante* e o uso de estudos pilotos para demonstrar o impacto de cada política pública por meio de dados e avaliações.
 - Integração de bancos de dados administrativos, de forma a apoiar a gestão nos diversos ministérios.

SOF

- SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL (SOF)

Modernização orçamentária

- O sucesso da nova regra fiscal passa pela correção de erros que condenaram o teto de gastos ao fracasso:
 - Regra fiscal flexível, crível e com focus no controle de gastos e no compromisso social: o déficit social,
 - Com limites de gastos determinados de acordo com o cumprimento das metas de resultado primário,
 - Em paralelo ao compromisso de estabilizar a dívida pública.

Modernização orçamentária

- A SOF está em intenso processo de modernização das práticas orçamentárias brasileiras e com transparência máxima sobre a gestão orçamentária federal.
- A melhoria no perfil da despesa pública terá como foco melhorar na sua transparência, previsibilidade e sustentabilidade. Mas nenhuma regra fiscal conseguirá garantir isso isoladamente.
- Nosso objetivo é atualizar a legislação pertinente. Este processo será feito em parceria com o Congresso Nacional em uma agenda a ser construída e perseguida pelos próximos dois anos, via LDO e atualização da Lei 4.320.
- O teto de gastos não se sustenta: há a necessidade de um novo arcabouço fiscal, o Regime Fiscal Sustentável.

Modernização orçamentária

- Expandir o horizonte temporal é fundamental para qualquer planejamento crível. Através da construção de projeções e cenários fiscais de médio prazo, conectaremos os cabos plurianuais do PPA com as negociações anuais das LOAs. Deixaremos para trás o “curto prazoismo” que evita a integração entre processo orçamentário e política fiscal e prejudica a sustentabilidade das contas públicas.
- Enquanto essa agenda mais estrutural, do ponto de vista normativo, é construída, temos empenhado esforços técnicos para colocar de pé dois novos instrumentos fundamentais para a modernização do Orçamento federal: 1) a Revisão de Despesas; 2) o Quadro de Despesas de Médio Prazo.
- Nosso papel na JEO: alertar para riscos fiscais e verificar a adequação de medidas à boa prática orçamentária.

SEID

- SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO (SEID)

Reinserção internacional e desenvolvimento

- A SEAID é a responsável pelos pagamentos de contribuições para **todos** os organismos internacionais do qual o Brasil participa.
- A SEAID é o eixo de conexão entre as políticas de desenvolvimento do Brasil e sua atuação em foros internacionais de desenvolvimento.
- Coordenamos a participação do Brasil nas seguintes instituições internacionais:
 - BID
 - CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina)
 - Fonplata
 - Banco de Desenvolvimento do Caribe
 - Banco Africano de Desenvolvimento

Reinserção internacional e desenvolvimento

- O Brasil voltou a honrar seus compromissos com organismos internacionais.
- Herdamos um passivo de R\$ 2,6 bilhões de anos anteriores. Nos primeiros 4 meses, pagamos mais de R\$ 1,2 bilhão. Até o final do ano pretendemos quitar toda essa dívida.
- Concluímos o pagamento ao Focem – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul. Estados e Municípios nas regiões da fronteira do Brasil poderão voltar a utilizar até R\$ 350 milhões em recursos do Fundo.
- Carteira ativa de aproximadamente US\$ 34 bilhões, entre projetos já aprovados e aqueles sendo analisados ou negociados.

Reinserção internacional e desenvolvimento

- Nos Bancos de Desenvolvimento Multilaterais, o Brasil passou a priorizar projetos focados em infraestrutura resiliente, desenvolvimento sustentável e de baixo carbono, além de inclusão social e apoio a pequenas empresas e igualdade de gênero.
- Estamos reformulando a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), responsável pela aprovação de projetos com financiamento dos bancos multilaterais.
- Neste ano estarão disponíveis mais de US\$ 7 bilhões para financiamentos de projetos a serem executados pela União, Estados e Municípios.
- Vamos capacitar gestores estaduais e municipais e criar o Portal Único de Financiamentos Externos para simplificar o acesso.

SEAI

- SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL (SEAI)

SEAI

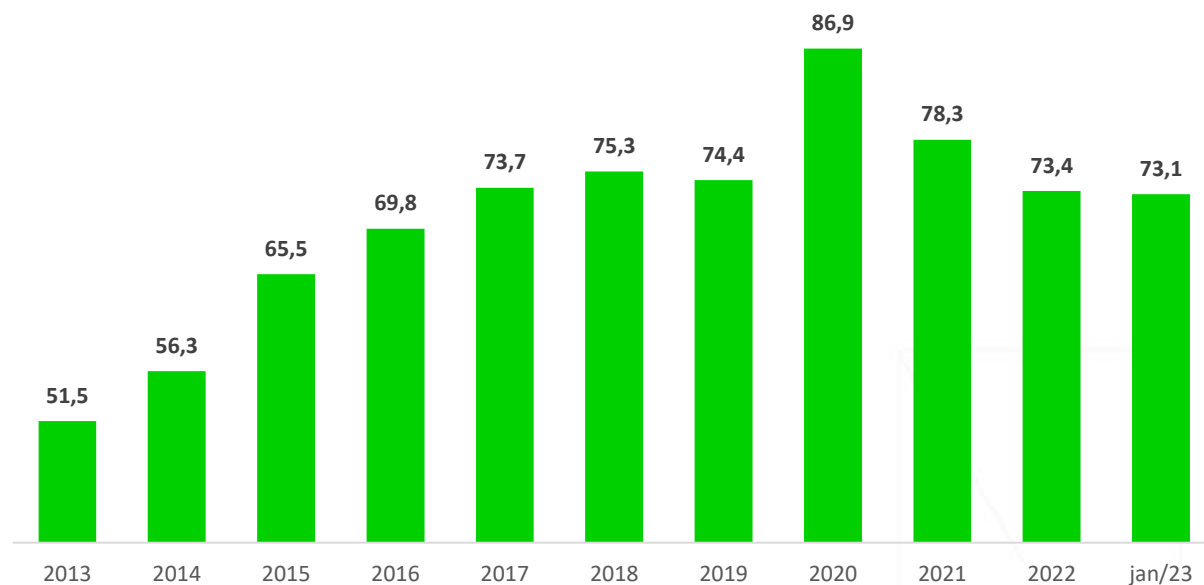
- Ela é a face mais evidente dessa estratégia fundamental do novo governo Lula.
- A escuta ativa junto a sociedade civil organizada e o diálogo com representantes do Congresso Nacional, com prefeituras, com governadores e com parlamentares regionais é parte constitutiva do nosso Ministério.
- Cabe à SEAI cumprir esse papel de diálogo, que deixa a porta do MPO sempre aberta à aquilo que vem da sociedade, dos parlamentares e dos representantes dos entes federados. A transparência e o diálogo são peças-chave para a união e a reconstrução do país.

Melhora econômica

- De acordo com a grade de parâmetros oficial do governo (SPE/MF), o crescimento do PIB será de 1,6% neste ano, subindo a 2,3% em 2024 e depois a 2,8% em 2025.
- A taxa de inflação continuará em trajetória de desaceleração. Depois dos 10% em 2021 e 5,8% em 2022, a estimativa oficial é de 5,3% neste ano – e com alta de 3,5% em 2024 e de 3% ao ano a partir de 2025.
- Aumentar a taxa de crescimento do PIB, gerando inclusão social e sem pressionar a inflação, é a missão fundamental: o melhor caminho para isso é com aumento sustentável dos investimentos, com ganhos de produtividade. Dívida pública sob controle.

A dívida bruta está no menor valor desde 2017

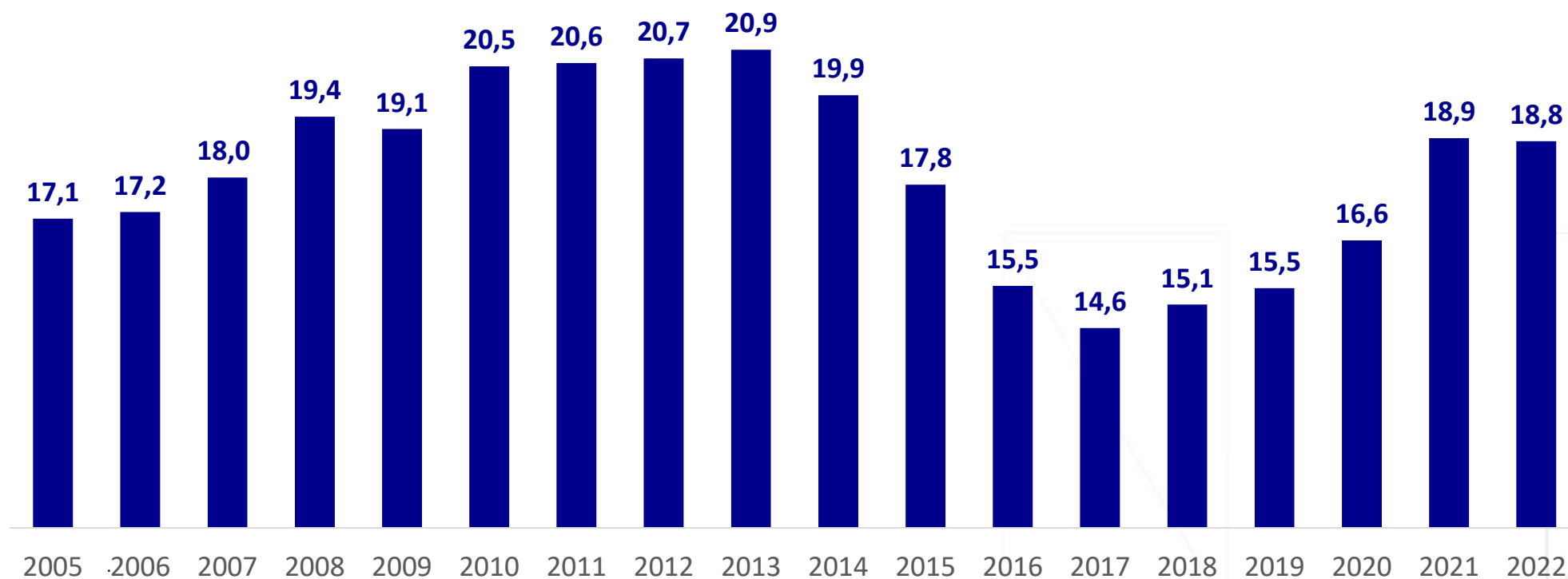
Dívida Bruta do Governo Geral (% PIB)



Fonte: BCB. Valores anuais são os divulgados para dezembro

Necessário elevar a taxa de investimento para 20% ou mais do PIB

Taxa de Investimento acumulada (%)



Fonte: IBGE

Necessidade do ajuste fiscal e da Reforma Tributária

- De um lado, há grandes incertezas no mercado sobre a sustentabilidade da dívida pública e o controle dos gastos públicos. De outro, é necessário garantir espaço para gastos sociais.
- De outro, é necessário garantir espaço para gastos sociais:
 - i) Bolsa Família de R\$ 600;
 - ii) Casa Popular aos mais pobres – Minha Casa, Minha Vida;
 - iii) Investimento em rodovias e infraestrutura;
 - iv) farmácia popular e assistência social;
 - v) Mais Médicos e gastos hospitalares.
- **Reinserir o pobre no orçamento**
- **Solução: novo arcabouço fiscal.**
- No Novo Arcabouço, **haverá incremento de receitas com controle de gastos.**

O objetivo do ajuste fiscal

1. **Transmitir credibilidade** para a política fiscal;
2. **Reduzir as incertezas**, possibilitando que a queda da taxa longa de juros; e
3. **Fomentar o crescimento econômico**, via melhora no ambiente de negócios - maior previsibilidade.
 - **O aumento do crescimento se dará pelo crescimento da produtividade e pelo maior investimento** (se o investimento em % do PIB alcançar 20%, o crescimento tendencial do PIB será de 2,5%).

Investimento público

- Há R\$ 70,9 bilhões em investimentos na LOA 2023
- O Novo PAC, em etapa de formulação a partir da Casa Civil, contará com os eixos fundamentais do governo federal:
 - Transportes;
 - Transição energética;
 - Infraestrutura urbana;
 - Saneamento;
 - Equipamentos sociais.
- Mas o Brasil só crescerá de forma sustentada com a redistribuição da carga tributária - temos um sistema tributário complexo, regressivo e pouco transparente

Reforma tributária

- Reforma tributária terá efeitos relevantes no crescimento do PIB:
 - No aumento da produtividade econômica – maior investimento e redução das distorções alocativas;
 - Redução do custo Brasil – menor litígio, dedução de créditos, custo de conformidade e transição;
 - Adicionalmente, haverá redução da regressividade tributária (pobres pagarão proporcionalmente menos impostos), pois os bens com maior demanda pelas famílias mais pobres terão diminuição do custo.
- Vários artigos mostram que a reforma tributária impactará de forma significativa no crescimento do PIB nos próximos 10 anos.

Por fim, mas não menos importante...

- O lema **União e Reconstrução** tem razão de ser: o país precisa voltar a se unir para assegurar paz interna; a reconstrução de políticas públicas em diversas áreas tornará a economia mais resiliente.
- O Brasil já foi exemplo para o mundo: nossa cultura, nossa proteção ambiental, nossa capacidade de superar crises políticas a partir do diálogo. Vamos recuperar essa imagem a partir de ações diretas.



Obrigada!

gov.br/planejamento